



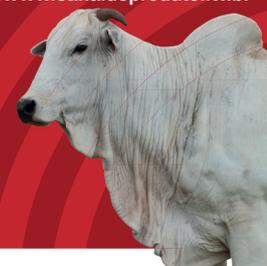
Ativos

PECUÁRIA DE CORTE

Ano 9 - Edição 34 - Maio de 2017

twitter.com/SistemaCNA
facebook.com/canaldoprodutor
instagram.com/cna_brasil

www.cnabrasil.org.br
www.canaldoprodutor.tv.br



Cresce uso de suplementação mineral na pecuária de corte brasileira

Por Prof. Dr. Sergio De Zen, Rildo Moreira, Mariana Gomes; Equipe Pecuária de Corte

Ainda nesta edição:

Vida útil das pastagens e redução da área: análise de 2005 a 2016.

Cria eleva participação da mão de obra no COT de MS.

Alta do milho eleva gastos com alimentação animal em 2016.

O uso de suplementação mineral na pecuária de corte brasileira aumentou de forma expressiva nos últimos anos na maior parte dos estados acompanhados, conforme indicam levantamentos realizados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA em parceria com o Cepea, por meio do projeto Campo Futuro. Essa tendência acompanha a evolução do nível tecnológico empregado na atividade, no intuito de elevar a produtividade. Nos poucos estados em que pecuaristas mantiveram a quantidade de suplementação recomendada, houve melhora na qualidade do produto animal.

Na Bahia, a suplementação, que em 2012 era composta por 0,023 kg/cabeça/dia de sal branco com sal mineral, quase dobrou e passou para 0,044 kg/cab/dia de sal

branco com sal mineral e proteinado em 2016.

Já em Minas Gerais, o produtor continua utilizando a mesma quantidade de suplementação, de 0,04 kg/cab/dia, mas houve aumento na qualidade do tipo de sal usado. Em 2012, pecuaristas usavam sal branco com sal mineral e proteinado e, já em 2016, passou a utilizar apenas sal mineral e proteico. Nas propriedades típicas do estado de São Paulo, no ano de 2011, era utilizado cerca 0,031 kg de sal mineral e proteinado diariamente por cabeça. Já em 2013, a quantidade fornecida desses sais nos cochos aumentou 83%.

No Centro-Oeste, de 2014 a 2016, com o objetivo de intensificar e acelerar a fase de acabamento dos animais nas propriedades, também se observa aumento da participação do uso de suplementação mineral, proteica e energética no regime alimentar do rebanho. Em Goiás, o produtor utilizava apenas 0,067kg/cab/dia de sal mineral em 2005, passando para 0,071 kg/cab/dia em 2013. Já em Mato Grosso do Sul, apesar da queda de 26% da quantidade fornecida entre 2011 e 2014, houve aumento na qualidade do sal utilizado. Assim, o

pecuarista sul-mato-grossense, que em 2011 utilizava sal branco, passou a usar, em 2014, sal mineral e proteico. Em Mato Grosso, produtores em 2012 utilizavam 0,06 kg de sal mineral, aumentando para 0,088 kg/cab/dia de sal mineral e proteinado em 2015.

Já no Paraná, houve queda de 10% da quantidade suplementada oferecida entre 2011 e 2013. Esse cenário pode estar atrelado à utilização de cochos cobertos que minimizam as perdas. Quanto ao Rio Grande do Sul, pecuaristas praticamente mantiveram a quantidade de suplementação oferecida entre 2011 e 2014, mas com acréscimo de qualidade. Assim como no Mato Grosso do Sul, o produtor gaúcho deixou de utilizar sal branco e passou a usar sal proteinado.

No geral, era comum o uso de sal branco nos cochos, mas, nos anos mais recentes, observa-se a utilização de sais minerais e proteinados, visando garantir o aumento da eficiência de ganho de peso dos animais. Vale ressaltar, no entanto, que, até 2014, apenas 50% do rebanho brasileiro fazia o correto uso da suplementação mineral, proteica e energética, segundo indicações da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (Asbram).

Vida útil das pastagens e redução da área: análise de 2005 a 2016

Por Prof. Dr. Sergio De Zen, Rildo Moreira, Mariana Gomes, Pâmela Andrade; equipe Pecuária de Corte.

O aumento da vida útil e, conseqüentemente, a estrutura adequada das pastagens é reflexo de práticas de manejo adequadas. De acordo com levantamentos de propriedades modais realizados por meio do projeto Campo Futuro/CNA, em parceria com o Cepea, é possível perceber que

houve aumento da média desse índice em alguns estados amostrados. Grande parte desse efeito é explicado pelos maiores gastos dos pecuaristas com insumos, a fim de aumentar a longevidade e a produtividade das forrageiras. Em conjunto com essas medidas, houve também redução

da área de piquete, para maior aproveitamento do alimento disponível.

Minas Gerais, que em 2005 apresentava média de 10 anos de vida útil das pastagens, passou para 14 anos em 2016. O aumento pode ser explicado pelo mane-

jo mais intensificado nas propriedades do estado, com maior utilização de insumos para controle de plantas invasoras, corretivos de solo e operações mecânicas realizadas. Sobretudo, o aumento do número de piquetes facilita o manejo do gado nas pastagens.

No Mato Grosso, de 2012 para 2015 houve aumento médio aproximado de sete anos na vida útil dos pastos, reflexo também de um manejo mais correto das pastagens. Na propriedade modal de Alta Floresta, por exemplo, são realizadas operações mecânicas para nivelamento, práticas de semeio e adubação, pulverização, calagem. E assim como na formação são utilizados insumos para

controle de pragas na manutenção destes pastos.

No estado do Pará, em 2012, o tempo para reforma do pasto era de nove anos; já em 2016, produtores indicaram aumento da vida útil para cerca de 11 anos. Assim como nos estados anteriormente citados, foram adotadas, ao longo dos anos, práticas de melhor manejo do solo na formação e na manutenção. Em Santana do Araguaia, são realizadas mais operações mecânicas na formação, visto que são aplicados: herbicidas, inseticidas e calcário para correção do solo. Além disso, mais investimentos com operações mecânicas são feitos. Na manutenção, o produtor

busca manter a qualidade do stand de plantas forrageiras aplicando, assim como na reforma, inseticidas e herbicidas.

No entanto, há estados onde a vida útil das pastagens apresentou queda. Na Bahia, a redução foi de 73% em seis anos. Esta redução é atribuída principalmente à sequência de anos de forte estiagem. Para reverter essa situação, produtores passaram a aplicar adubos e corretivos para melhorar a qualidade. Além disso, maiores investimentos em cercas foram feitos, com o objetivo de aproveitar melhor a forragem disponível, principalmente nos casos rotacionados.

Cria eleva participação da mão de obra no COT de MS

Por Prof. Dr. Sergio De Zen, Rildo Moreira, Mariana Gomes, Pâmela Andrade; equipe Pecuária de Corte Cepea

A participação da mão de obra no COT (Custo Operacional Total) da pecuária de corte em Mato Grosso do Sul aumentou de 13,4% em 2015 para 15% em 2016. Apesar de ser o estado que paga os menores salários na atividade pecuária dentre os analisados pelo Cepea/CNA, Mato Grosso do Sul registra maior gasto com mão de obra, devido à grande quantidade de propriedades modais de cria, sistema que demanda manejo mais intenso.

Na propriedade modal de Camapuã (MS), que tem rebanho de 480 cabeças, a mão de obra representou 19,5% do COT em dezembro/16. Essa propriedade conta com a participação de um funcionário fixo responsável pelo manejo do rebanho e das pastagens, um veterinário que realiza cinco visitas no ano e, durante 30 dias, um funcionário para manutenção de cercas, vacinação do gado, entre outras atividades estacionais. Na fazenda típica de Rio Verde de Mato Grosso (MS), com 890 cabeças (quase o dobro da de

Camapuã), a mão de obra teve 19% de participação no COT em dezembro/16, menor frente a outra região do mesmo estado. Essa propriedade conta com três funcionários fixos, sendo dois para manejo do rebanho, uma cozinheira e um diarista durante 20 dias no ano para atividades diversas sazonais. Em ambas as propriedades típicas, a representatividade do gasto com suplementação mineral em relação ao COT também é elevada, sendo de 15% em Camapuã e de 19% em Rio Verde de Mato Grosso.

Na região de Cascavel (PR), onde as propriedades de recria-engorda predominam, a mão de obra em dezembro representou 11,2% do COT. Como esse sistema necessita de manejo de animais menos intenso frente às propriedades de cria, a fazenda de Cascavel conta com apenas dois funcionários fixos e, por isso, apresenta menor participação do grupo nos custos quando comparado aos sistemas típicos de cria de Mato Grosso do Sul.

Em São Paulo, também com maior número de fazendas de recria-engorda, a mão de obra teve participação de 12,4% no COT em dezembro/16 – em Araçatuba, especificamente, a participação foi de 11,3%. Em Bagé (RS), a participação da mão de obra se limita a 3%, visto que a propriedade modal também é de recria-engorda, embora o piso salarial regional da categoria supere em 14,6% o de MS.

2017 – Com o novo piso salarial, a participação da mão de obra nos custos de produção deve crescer ainda mais em 2017. O valor do mínimo passou de R\$ 880,00 em 2016 para R\$ 937,00 neste ano, aumento de 6,5%. No MS, onde o salário é definido por orientação sindical, a mudança estava prevista para 1º de março, mas ainda sem definição sobre quanto será o reajuste. No PR, RS e em SP, o mínimo regional por categoria profissional é definido por decreto estadual.

Alta do milho impulsiona gastos com alimentação animal em 2016

Por Prof. Dr. Sergio De Zen, Rildo Moreira, Mariana Gomes, Beatris Jorge; equipe Pecuária de Corte Cepea

Apesar da queda de 2% no último trimestre de 2016, o grupo de alimentação animal acumulou forte alta de 22% no ano passado, na “média Brasil” (AC, BA, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PR, RO, TO, SP e RS). O aumento só ficou abaixo do registrado pelas sementes forrageiras, de 69,5%, também na “média nacional”. Em

2015, o grupo dos insumos destinados à alimentação animal teve elevação de 16% e o das sementes forrageiras, de 4%.

Os maiores gastos com alimentação animal em 2016 estiveram atrelados principalmente à elevação nos preços do milho, devido à oferta reduzida do grão,

ocasionada pela quebra de produção. As valorizações da soja e do sorgo também reforçaram os aumentos desse grupo.

Com a queda no poder de compra do pecuarista e no consumo interno, consequência da alta inflação do período, o número de animais confinados em 2016 foi

inferior a 4 milhões de cabeças, segundo dados da Associação Nacional dos Confinadores (ASSOCON). Em outubro/16, foi possível adquirir 3,6 sacas de milho de 60 quilos por arroba vendida, quantidade 20% inferior que a do mesmo período de 2015, quando a mesma troca rendia 4,5 sacas do cereal, tomando-se como base o Indicador ESALQ/BM&FBovespa do boi gordo (estado de São Paulo) e o Indicador do Milho ESALQ/BM&FBovespa (região de Campinas – SP). Entre os estados acompanhados pelo Cepea, Mato Grosso registrou a maior alta para a alimentação animal em 2016, de expressivos 73,5%. No ano anterior, o mesmo grupo acumulou na região queda de 5,6%. A tonelada da ração de bezerras com 16% de Proteína Bruta (PB) valorizou 45,7%

entre dez/15 (R\$ 738,00) a dez/16 (R\$ 1.075,00), superando expressivamente o IGP-M para o período, de 7,2.

Desta maneira, a participação do grupo de insumos utilizados na alimentação animal no COT e no COE em dez/16 ficou em 3,3% e 3,9%, respectivamente.

Em 2017, a expectativa é de que com a previsão de safra recorde de grãos no País os custos sejam menores. Com maior disponibilidade de grãos, o estado de Mato Grosso – que em 2016 registrou forte alta para alimentação – e o de Goiás devem ser os mais favorecidos.

OUTROS INSUMOS – O grupo de sementes forrageiras acumulou alta de 12,2% no último trimestre de 2016. Apenas

entre outubro e novembro, o aumento foi de 5,2%. O impulso veio da maior demanda, visto que o clima favoreceu a reforma das pastagens no período e da baixa disponibilidade do insumo no mercado. A desvalorização do Dólar frente ao Real em 2016 limitou os aumentos nos valores de insumos relacionados à suplementação mineral do rebanho, que possuem matéria-prima importada na composição. Para o grupo de suplementação mineral, a alta no balanço do ano se limitou a 8,3%. No mesmo período, a moeda norte-americana caiu 13,5%. Em 2015, quando o dólar acumulou forte alta de 40%, este mesmo grupo de insumos subiu 16,5%. 

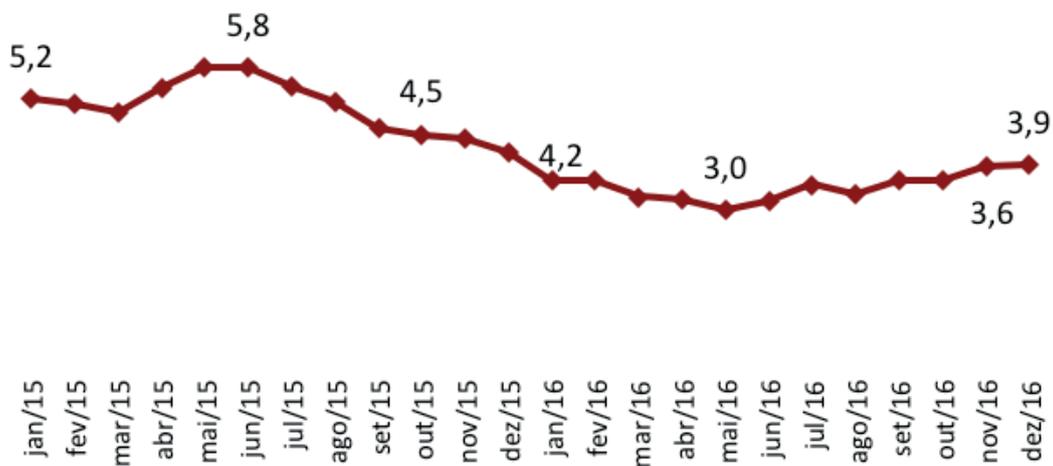


Figura 2: Relação de troca: quantidade de sacas de milho comprados com uma arroba, indicadores ESALQ/BM&FBovespa de boi gordo e milho, jan/15 a dez/16.

Variação Mensal e Acumulada (2016)

Estados	COE (1)				COT (2)				Boi Gordo R\$/@				Ponderações*
	Out	Nov	Dez	Jan-Dez	Out	Nov	Dez	Jan-Dez	Out	Nov	Dez	Jan-Dez	
Bahia	1,7%	2,1%	0,3%	8,33%	1,7%	1,9%	0,12%	7,99%	2,13%	2,65%	0,39%	3,00%	5,70%
Goiás	1,5%	0,15%	-2,5%	-0,86%	1,56%	0,23%	-2,13%	-0,02%	3,30%	-0,59%	-0,85%	3,05%	12,27%
Minas Gerais	2,5%	-2,83%	-2,0%	-0,18%	1,99%	-2,04%	-0,32%	0,78%	2,34%	1,45%	0,64%	6,68%	13,34%
Mato Grosso	1,4%	2,34%	0,4%	8,98%	1,15%	-1,9%	0,73%	8,46%	-0,52%	-0,89%	1,11%	3,04%	11,96%
Mato Grosso do Sul	0,4%	0,96%	-0,6%	4,54%	0,13%	-1,01%	-0,33%	5,25%	1,02%	-1,99%	-2,23%	3,33%	15,99%
Pará	-2,1%	1,11%	-0,4%	-6,13%	-1,70%	0,93%	-3,56%	-4,85%	4,05%	-2,32%	-2,98%	-3,86%	10,35%
Paraná	0,2%	-1,44%	0,2%	4,88%	0,20%	-1,13%	0,27%	4,83%	1,87%	-0,20%	-0,70%	0,40%	5,24%
Rio Grande do Sul	-1,4%	0,36%	0,6%	-3,86%	-1,80%	0,51%	0,92%	-2,33%	-1,18%	1,22%	1,42%	-5,06%	6,80%
Rondônia	0,2%	0,06%	-0,2%	0,53%	0,19%	0,44%	-0,06%	1,64%	3,01%	-1,60%	-2,81%	6,66%	7,87%
São Paulo	-1,0%	-0,23%	-0,9%	-2,43%	-0,84%	-0,14%	-0,68%	-1,10%	1,02%	-0,93%	-0,31%	2,08%	5,99%
Tocantins	0,0%	0,05%	-1,8%	-0,49%	-0,19%	0,09%	-1,40%	0,15%	3,26%	0,48%	-3,06%	-2,07%	4,50%
Brasil**	-0,1%	0,03%	-1,9%	0,80%	-0,07%	0,00%	-1,53%	1,59%	0,83%	-0,95%	-0,38%	1,66%	100%

* Corresponde ao quanto cada estado representa no total dos custos da pecuária no Brasil.

** Referente a 85,02% do rebanho nacional segundo o Rebanho Efetivo Bovino PPM / IBGE 2012. Valor da arroba considerado

- Indicador Boi Gordo Esalq/BM&FBovespa - Estado de São Paulo. | Fonte: Cepea/USP-CNA

1 - Custo Operacional Efetivo (COE)

2 - Custo Operacional Total (COT)

Varição dos Principais Indicadores Econômicos

Indicadores	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016
IGP-M	0,16%	-0,03%	0,54%
Acumulado Janeiro IGP-M	6,65%	6,62%	7,19%

Variações dos Preços dos Principais Insumos da Pecuária de Corte (2016) Média Ponderada para BA, GO, MT, MS, PA, RO, RS, MG, PR, TO e SP

Grupos dos Custos	Ponderações COT	Variação mensal e acumulada			
	Dez/16	Out	Nov	Dez	Jan - Dez
Bezerro e outros animais de reprodução*	45,63%	-0,60%	-1,96%	-0,90%	-6,21%
Suplementação Mineral	10,38%	0,17%	-0,18%	-0,55%	8,56%
Dieta	3,30%	-1,12%	-1,61%	0,56%	22,20%
Adubos e Corretivos	0,91%	1,52%	-0,68%	0,35%	69,40%
Sementes Forrageiras	1,59%	3,97%	5,13%	3,08%	50,35%
Máquinas Agrícolas	4,13%	0,34%	0,21%	0,55%	11,69%
Implementos Agrícolas	1,18%	-0,21%	2,78%	0,25%	11,92%
Defensivos Agrícolas	2,14%	0,67%	-0,39%	-0,85%	0,87%
Medicamentos - Vacinas	1,05%	3,18%	-0,93%	-1,74%	4,37%
Medicamentos - Controle Parasitário	1,01%	0,10%	0,15%	0,95%	9,90%
Medicamentos- Antibióticos	0,16%	0,32%	0,64%	0,24%	10,02%
Medicamentos em geral	0,25%	1,91%	0,04%	1,86%	18,27%
Insumos para reprodução animal	0,23%	0,37%	0,00%	-0,01%	6,16%
Mão de Obra	12,00%	0,00%	0,00%	0,00%	11,68%
Construção Civil	7,96%	-0,30%	-0,54%	0,03%	0,30%
Brinco de Identificação	0,00%	0,33%	0,00%	0,42%	-3,60%
Outros (Energia, Administrativos, Utilitário)	6,17%				